

APRESENTAÇÃO

OUVIR E ESCREVER AS PAISAGENS SONORAS

Abordagens teóricas e (multi)disciplinares

ORGANIZAÇÃO

Elisa Lessa

Pedro Moreira

Rodrigo Teodoro de Paula

UNIVERSIDADE DO MINHO
CENTRO DE ESTUDOS HUMANÍSTICOS

BRAGA 2020

Título | OUVIR E ESCREVER AS PAISAGENS SONORAS – ABORDAGENS TEÓRICAS E (MULTI)DISCIPLINARES

Coordenação científica | Elisa Lessa . Nuno Fonseca . Pedro Moreira . Rodrigo Teodoro de Paula

Edição | Universidade do Minho – Centro de Estudos Humanísticos (CEHUM)
- Grupo de Investigação em Estudos Artísticos (GEARTES) – Núcleo de Investigação em Música (NIM)

Coordenação editorial | Elisa Lessa . Pedro Moreira . Rodrigo Teodoro de Paula

Grafismo e paginação | Ana Amorim

Capa | “Menino a tocar *shofar* montado em pássaro”. Braga, Jardim Formal do Museu dos Biscainhos, séc. XVIII. “O Jardim da Casa dos Biscainhos é um dos testemunhos mais expressivos do jardim Barroco, com notáveis introduções em estilo Rococó, que sobreviveram em Portugal. A fonte é uma das quatro fontes laterais do jardim formal e encontra-se no lado sudoeste. Tanto a fonte do terreiro como a central do Jardim formal serão de autoria do arquiteto André Soares (1720-1769)”. J.Filipe Ferreira, Coordenador do Serviço Educativo e Mediação Cultural do Museu dos Biscainhos. Foto de A. Amorim

Publicação financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (referência UIDP/00305/2020)

Apoio | Câmara Municipal de Braga

Impressão | Gráfica Papelmunde

Nota dos editores: Os direitos de utilização das imagens são da responsabilidade dos autores.

Depósito Legal 475348/20
ISBN 978-972-8063-68-9
Outubro de 2020

Vivemos imersos num
legiado para como
como elemento afet
O som pode ser ru
nos inebria e encar
água que cai ou que corre,
implacável – e doloroso tan

O termo “paisagem s
uma área de abordagem a
sons que estão arreigados a
mundo! Aquele que produ
oferecido pela natureza.

Por isso mesmo, as p
pessoas e como comunid
dade, conseguimos percebe

Esse cariz de auten
acaba por confirmar a relev
sons que emanam dos nos
momentos peculiares, torn

Em Braga a Música
âmbito da intervenção cult
um curso superior de mús
têm nos sons o seu fundar
no âmbito das *media arts*, ár

Também a musicolo
toso projeto “Património M
Elisa Lessa, que desde há
musicológica das freguesia

Sendo as Paisagens S
não poderíamos deixar de
com o congresso, que ao lo
de artigos, alguns dos qua
um registo de enorme valia

FONTES HISTÓRICAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA PAISAGEM SONORA: O CASO DAS VISITAÇÕES DO SÉC. XVI DA ORDEM DE CRISTO

LUÍSA CORREIA CASTILHO

Instituto Politécnico de Castelo Branco/CESEM/NOVA FCSH

A Ordem da Milícia de Iesu Christo, conhecida apenas por Ordem de Cristo, uma Ordem Militar, surgiu em Portugal, por deliberação do rei D. Dinis, no sentido de restaurar a Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo, ou Ordem do Templo, que esteve presente no nosso país desde 1128 a 22 de março de 1312, quando foi extinta. (Pizarro, 2015)¹ A nova ordem proposta ao papa João XXII foi aprovada pela bula *Ad ea ex quibus* de 14 de Março de 1319, determinando sede conventual em Castro Marim (Algarve), com fixação definitiva em Tomar, região que também foi cabeça e sede da Ordem do Templo.

Ordenava-se simultaneamente que a nova milícia recebesse todos os bens anteriormente pertencentes à Ordem do Templo e que ficasse sob obediência da Regra e Estatutos de Calatrava, respetivamente de filiação beneditina e de natureza cisterciense, nomeando o abade de Alcobaça como visitador e reformador (Pizarro, 2005; Costa, 2015).

O *corpus* da Ordem de Cristo, tal como na Ordem do Templo, seria constituído por freires cavaleiros, que combatiam e possuíam atributos militares específicos, e por freires clérigos, com obrigações de carácter religioso e espiritual (Cota, 2017; Silva, 2002).

Contendo um vasto domínio territorial um pouco por todo o país com incidência no centro do país (Norte do Rio Tejo e sul de Coimbra, Beira Interior e Alto Alentejo, Trás-os-Montes e Braga), a Ordem de Cristo estava organizada em Comendas. Estas eram um espaço territorial delimitado dentro do qual os freires cavaleiros atuavam como autoridade senhorial e podiam conter casas, castelos e fortalezas-oratórios, capelas, igrejas, instaladas em vilas, quintas, ou prados, lagos ou vinhas.

O detentor da Comenda, o Comendador, era um freire cavaleiro nomeado pelo Mestre da Ordem, pela sua antiguidade e recompensa de serviços prestados, ficando com a obrigação de a defender e administrar (Silva, 2002). Era um cargo vitalício e devia exercer a sua autoridade senhorial (com direitos jurisdicionais e eclesiásticos) em nome do Mestre, de acordo com o poder que lhe fora delegado. Uma vez em posse do cargo, tinha obrigação de residir na Comenda e de fazer um

¹ Bula *Vox in excelso* emitida pela Santa Sé em 1312 determinou o término oficial da existência da Ordem do Templo, concretizada a 18 de Março de 1314, quando o Grão-Mestre Jacques de Molay e Geoffroy de Charney, Preceptor da Normandia, foram queimados vivos em Paris (Cota, 2017).

inventário dos bens que iria administrar, chamado o tomo da Comenda. Usufruí dos seus bens e rendimentos, mas, por outro lado, tinha a obrigação de prover com o necessário em falta tanto no temporal, como no espiritual (Silva, 2002).

As casas principais das comendas, casa ou paço do Comendador, tinham uma capela e uma sala capitular, onde os irmãos cumpriam as suas obrigações religiosas, podendo mesmo proferir os votos de admissão na Ordem, sob a orientação do Prior ou Capelão da Comenda, ministro religioso autorizado a prestar assistência pastoral e a realizar culto nesta comunidade de fiéis.

Podiam ainda ser propriedades reduzidas a uma só casa, embora na generalidade fossem domínios com um conjunto de casas com a sua casa principal, ou casa-sede. Os castelos, em constante prevenção, possuíam igualmente, capelas fortificadas.

O rendimento das comendas sustentava a Ordem, à semelhança do que tinha acontecido na Ordem do Templo².

As Visitações da Ordem de Cristo

As Visitações eram uma prática institucional governativa e de exercício da autoridade, cujo objetivo primeiro era registar um inventário dos bens e do estado da Comenda, no sentido de vir a corrigir procedimentos e remediar insuficiências de forma mais eficaz no quadro das suas complexas estruturas orgânicas (Costa, 2012). Estas inquirições para além de identificarem bens patrimoniais, avaliava as práticas de conduta, especialmente de carácter religioso. As Visitações às Comendas constituíam, assim, exames importantes para avaliação do património temporal e espiritual da Ordem (Silva, 2002). Como tal, através desta avaliação era possível apreçar periodicamente e de forma direta o cumprimento ou a desobediência às diretrizes que em termos gerais haviam sido definidas pela normativa da ordem. (Silva, 2002).

Os Visitadores examinavam a “actuação dos Comendadores, a legalidade da posse do hábito e da comenda, a sua presença ou ausência do núcleo patrimonial e o estado dos bens que lhes estavam atribuídos” (Costa, 2012, p. 407). O Prior, ou Capelão, era igualmente interrogado, daí que nos textos das Visitações sobressaia a atenção dada às igrejas e a assuntos do foro religioso e moral, muitas vezes em detrimento da gestão senhorial (Costa, 2012). Os registos realizados pelos Visitadores dão-nos conta da localização e identificação das igrejas *de pleno jure*, capelas e ermidas nas Comendas da Ordem de Cristo no reino; o estado em que se encontravam, a correspondente vida litúrgica e assistência religiosa nas paróquias e igrejas de cada Comenda, com conhecimentos importantes sobre os livros litúrgicos mais utilizados para o Culto Divino, muitos deles com notação musical (Cota, 2017).

Do Capítulo Geral que se realizou no Convento de Tomar a 5 de Dezembro de 1503, nasceu a *Regra e Definições da ordem do mestrado de nosso Senhor Jhesu Christo 1503* com registo de importantes decisões relativas à administração da Ordem. Entre outras determinações, ficou estabelecido o processo das Visitações que deveriam

² Para uma informação mais detalhada sobre os rendimentos das comendas leia-se o artigo de Lencart 2016, pp. 105-6.

efetuar-se a todas as Comendas. Visitadores dois religiosos da O

A Ordem de Cristo in durante toda a sua existência, preservado. Sobreviveram ré décadas do século XVI, nos ar estudo as Visitações do início

(1981), complementadas por o As visitações de 1505 a conselheiro da casa do rei D. M (bacharel), e tendo ainda com D. Manuel, notário apostólico (também escudeiro). Em 1505 1507 - 1508 pela região trans Alpriate, e em 1509-1510 viaja (1981). As visitações de 1537 fo (Hormigo, 1981).

As Comendas, os Comendadores

As visitações, segundo na região de Bragança, oito r Coimbra, três na de Leiria, vi de Lisboa, duas na de Portale

Um dado que sobressa Castelo Branco, perfazendo n dado que salta à vista ao per dos Comendadores, o que se

deve-se à posse de mais relevância das comendas associada à sua importân áreas que lhes estavam co participarem nas armad possuíam um espírito d caracterizavam, o que po

Identificaram-se 37 no comendas, porque por vezes inclusivamente com bastante da Silva de Castro detinha a

Os capelães eram mir toral e a realizar culto numa nomes de Capelães. Destes, antes do nome, ou nomead

³ Costa, 2012, p. 423.

da Comenda. Usufruíra
 rrigação de prover com
 Silva, 2002).

comendador, tinham uma
 s obrigações religiosas,
 b a orientação do Prior
 tar assistência pastoral

sa, embora na genera-
 casa principal, ou casa-
 mente, capelas fortifi-

melhança do que tinha

tiva e de exercício da
 dos bens e do estado
 mediar insuficiências
 ras orgânicas (Costa,
 rmoniais, avaliava as
 sitações às Comendas
 atrimónio temporal e
 avaliação era possível
 ou a desobediência às
 normativa da ordem.

dores, a legalidade da
 o núcleo patrimonial e
 2, p. 407). O Prior, ou
 Visitações sobressaia a
 ral, muitas vezes em
 alizados pelos Visita-
 de pleno jure, capelas e
 ado em que se encon-
 nas paróquias e igrejas
 livros litúrgicos mais
 sical (Cota, 2017).

omar a 5 de Dezembro
 sso Senhor Jhesu Christo
 ração da Ordem. Entre
 sitações que deveriam

s leia-se o artigo de Lencart

efetuar-se a todas as Comendas e propriedades da Ordem, sendo escolhidos para Visitadores dois religiosos da Ordem (Silva, 2002).

A Ordem de Cristo implementou um plano de Visitações praticamente durante toda a sua existência, embora o registo da sua prática nem sempre se tenha preservado. Sobreviveram relatos significativos dessas Visitações nas primeiras décadas do século XVI, nos anos de 1505 a 1510 e 1537. Serão objecto do presente estudo as Visitações do início do século XVI, transcritas por Dias (1979) e Hormigo (1981), complementadas por outras fontes, como Tombos das Comendas.

As visitasões de 1505 a 1510 foram efetuadas por D. João Pereira (fidalgo e conselheiro da casa do rei D. Manuel, comendador de Casével) e Frei Diogo do Rego (bacharel), e tendo ainda como escrivão Frei Francisco Rodrigo Ribeiro (capelão de D. Manuel, notário apostólico da Ordem) e a partir de 1507 também Rodrigo Ribeiro (também escudeiro). Em 1505 viajaram pelas comendas da Beira Baixa e outras, em 1507 - 1508 pela região transmontana e Beirã (Alta e Litoral), em 1508 por Lisboa e Alpriate, e em 1509-1510 viajaram pelo Sul e Centro (Tomar) (Dias, 1979; Hormigo, 1981). As visitasões de 1537 foram efetuados por Frei António Lisboa e seu escrivão (Hormigo, 1981).

As Comendas, os Comendadores, os Capelães e as respetivas igrejas

As visitasões, segundo se pode apurar, contêm o relato de 52 comendas, cinco na região de Bragança, oito na região da Guarda, duas na de Viseu, quatro na de Coimbra, três na de Leiria, vinte na de Castelo Branco, três na de Santarém, três na de Lisboa, duas na de Portalegre, uma em Évora, e uma em Faro.

Um dado que sobressai é a quantidade de comendas existentes na região de Castelo Branco, perfazendo mais de um terço (38,5%) do total das comendas. Outro dado que salta à vista ao percorrer os textos das Visitações é a ausência sistemática dos Comendadores, o que segundo Costa (2012, p. 423):

deve-se à posse de mais do que um núcleo comendatário, no contexto da grande relevância das comendas ao nível dos rendimentos da aristocracia portuguesa [...] associada à sua importância nos códigos de distinção social. Assim a sua ausência das áreas que lhes estavam confiadas era justificada por estarem muito ligados à corte, por participarem nas armadas e nas empresas imperiais e, por isso, muitas vezes não possuíam um espírito de pertença à congregação nem cultivavam os rituais que a caracterizavam, o que por vezes daria origem a vozes dissonantes dentro das Ordens³.

Identificaram-se 37 nomes de Comendadores, número menor em relação às comendas, porque por vezes o mesmo comendador era detentor de várias comendas inclusivamente com bastante distância entre elas, como por exemplo: D. Frei Fernão da Silva de Castro detinha as comendas de Alcains, Touro, Alpalhão e Portalegre.

Os capelães eram ministros religiosos autorizados a prestar assistência pastoral e a realizar culto numa comunidade de fiéis. As visitasões dão-nos conta de 44 nomes de Capelães. Destes, treze eram da ordem pois vêm referenciados com Frei antes do nome, ou nomeado como frei professo do convento de Tomar como por

³ Costa, 2012, p. 423.

exemplo Frei Pedro Freire, os outros 31 nomes pertenciam ao quadro diocesano, pois vêm nomeados como clérigos com carta de cura do bispo da Guarda, ou Braga, ou Coimbra ou outro.

Tendo assim estes territórios a tutela de duas instituições por vezes a documentação das visitas transparecia os conflitos entre a Ordem de Cristo e as autoridades episcopais. Segundo Costa “Os diferendos entre estas duas instâncias remontam aos primórdios das Ordens Militares e tinham como objetivo a clarificação do exercício de direitos em reconhecimento da autoridade de ambos” (Costa, 2012, p. 427). A Ordem de Cristo, sendo uma Ordem Militar de filiação beneditina estava naturalmente atenta à preparação dos seus freires, à dimensão religiosa da instituição e ao seu potencial no plano de enquadramento das pessoas que viviam sob a sua influência. Embora se previsse, por exemplo um mestre de gramática, o ensino dos noviços e a leitura assídua da regra, não se consegue identificar com rigor determinadas facetas da preparação e enquadramento espiritual destes freires. Assim, a dimensão espiritual da vivência dos clérigos seria marcada não apenas por certas leituras, mas também por diversas práticas que moldavam o seu quotidiano e, como tal, assumiam a obrigação de enquadrar do ponto de vista eclesial as populações que viviam nos seus domínios, cumprindo responsabilidades pastorais. (Costa, 2015)

A tabela nº 1 mostra-nos os resultados discutidos nos parágrafos:

Comenda	Comendador	Prior/Capela	Orago
Distrito de Bragança [Diocese de Braga]			
Castelo Branco-1507- (Conselho de Mogadouro)	D. Duarte de Sousa	Frei Pedro Fernandes	Nossa Senhora Santa Maria
Mogadouro-1507 (Conselho de Mogadouro)	D. Duarte de Sousa	Frei Martim Afonso	São Mamede do Mogadouro
Penas Royas-1507 (Conselho de Mogadouro)	D. Duarte de Sousa	Frei Martim Afonso (=) António de Paiva	São João Baptista
Bemposta-1507 (Conselho de Mogadouro)	D. Duarte de Sousa	João Anes	S. Pedro Apostolo
São Martinho do Peso (Conselho de Mogadouro)	D. Duarte de Sousa	Frei Anes de morais	São Martinho
BEIRA ALTA-Distrito da Guarda [Diocese da Guarda] ou [Lamego]			
Reigada-1507 (Conselho de Castelo Rodrigo)	D. Fernando Coutinho	Frei Brás	Nossa Senhora do Pereiro
Longroiva-1507 (Conselho de Meda) Diocese de Lamego	D. Garcia de Melo	Álvaro Anes	Nossa Senhora Santa Maria do Torrão
Meda-1507 Diocese de Lamego	D. Garcia de Melo	Fernando de Morais	São Bento
Muxagata-1507 (Conselho de Vila Nova de Foz Côa)	D. Garcia de Melo	Luís Anes	Santa Maria Madalena
Jesuá - Santa Ovaia (Conselho de Seia)	D. Diogo de Sousa	João Fernandes	Salvador
Avelãs de Ambom (Conselho da Guarda)			
Marmeleiro (Conselho da Guarda)	D. Jorge Barreto		Nossa Senhora
Touro (Conselho de Sabugal)	Fernão da Silva ⁴	Diego Anes	Nossa Senhora
Distrito de Viseu [Bispado de Viseu]			

⁴ Era também comendador de Alpalhão, Alcains e Santa Maria de Portalegre.

Pinheiro de Azere (Conselho de Sa Comba Dão)	
Quinta da Silvã (Conselho de Sátão)	
Distrito de Coimbra [Bispado de C	
Ega (Conselho de Condeixa-a-Nova	
Soure	
Granja do Ulmeiro (Conselho de Condeixa-a-Nova)	
Alencarça (Conselho de Soure)	
Distrito de Leiria ⁵ [Bispado de Cas Pussos	
Redinha (Conselho de Pombal)	
Pombal - Igreja de S. Martinho	
Pombal - Igreja de S. Pedro	
Pombal - Igreja de Santa Maria	
BEIRA BAIXA-Distrito de Castelo Segura - 1537	
Salvaterra do Extremo - 1537	
Penha	1505
Garcia	1537
Idanha-a-Nova-1537	
Idanha-a-Velha	1505
	1537
Proença-a-Velha	S. Miguel de Acha
	Proença-a-Velha
Castelejo - 1505	
Póvoa da Atalaia - 1537	
Castelo Novo e Alpedrinha	1505
	1537
Zebras-1505	
Fatela-1505	

⁵ Leiria e Aveiro pertenceram à di naquelas datas, foram extintas e como Leiria-Fátima em 1918 e Ave era uma vigariaria do Convento de tralização. Cf. Abreu, 2000.

quadro diocesano, pois a Guarda, ou Braga, ou ções por vezes a docu- em de Cristo e as auto- estas duas instâncias como objetivo a clari- lade de ambos” (Costa, de filiação beneditina dimensão religiosa da as pessoas que viviam mestre de gramática, o e identificar com rigor piritual destes freires. arcada não apenas por avam o seu quotidiano de vista eclesiástico as nsabilidades pastorais.

parágrafos:

Orago
Nossa Senhora Santa Maria
São Mamede do Mogadouro
São João Baptista
S. Pedro Apostolo
São Martinho
Nossa Senhora do Pereiro
Nossa Senhora Santa Maria do Torrão
São Bento
Santa Maria Madalena
Salvador
Nossa Senhora
Nossa Senhora

Pinheiro de Azere (Conselho de Santa Comba Dão)	D. Gomes Ferreira	Cristóvão Afonso	S. Miguel
Quinta da Silvã (Conselho de Sátão)	D. Jorge Barreto		
Distrito de Coimbra [Bispado de Coimbra]			
Ega (Conselho de Condeixa-a-Nova)	D. Fernando de Sousa	Afonso Rodrigues	Nossa Senhora da Graça
Soure			Nossa Senhora da Graça (desapareceu) / S. Tiago
Granja do Ulmeiro (Conselho de Condeixa-a-Nova)	D. Diogo Delgado	Sem Igreja	
Alencarça (Conselho de Soure)	D. António Bivar		São Tomé
Distrito de Leiria⁵ [Bispado de Coimbra]			
Pussos	D. Pedro Ferreira	Rui Periz	Santo Estevão Nossa Senhora (Maças de Caminho)
Redinha (Conselho de Pombal)	Lopes Mendes de Oliveira	Lopo Dias	Nossa Senhora
Pombal - Igreja de S. Martinho			S. Martinho
Pombal - Igreja de S. Pedro			S. Pedro
Pombal - Igreja de Santa Maria			S. Maria
BEIRA BAIXA-Distrito de Castelo Branco [Diocese da Guarda]			
Segura - 1537	D. Garcia de Castro	João Vaz	Nossa Senhora
Salvaterra do Extremo - 1537	D. Garcia de Albuquerque	João Lopes (Castelhano)	Santa Maria
Penha Garcia	1505 1537	Frei João da Rosa ?	Frei Pedro Freire Frei Sebastião
Idanha-a-Nova-1537	D. João Manuel	Afonso Martins	Santa Maria da Conceição
Idanha-a-Velha	1505	- Frei Garcia Afonso (Vaga pelo falecimento de D. Frei Garcia Afonso)	Martim Vaz Santa Maria
Proença-a-Velha	S. Miguel de Acha 1505 1537	Frei D. Carlos Frei D. Pedro de Mascarenhas	Jorge Alvares João Lourenço
	Proença-a-Velha 1505 1537	Frei D. Carlos Frei D. Pedro de Mascarenhas	Pedro Martins Frei Diogo Fernandes
Castelejo - 1505		Frei Henrique Ferreira	Gonçalo Lopes Santa Ana
Póvoa da Atalaia - 1537			Martim Fernandes Santo Estevão
Castelo Novo e Alpedrinha	1505 1537	Frei Álvaro Pereira	Luis Afonso Miguel Martins Sistros Alvarez
Zebras-1505			Diogo da Cunha Santa Maria
Fatela-1505			Simão Afonso Santa Maria da Silva

⁵ Leiria e Aveiro pertenceram à diocese de Coimbra até 1545 e 1774, respetivamente. Criadas dioceses naquelas datas, foram extintas e incorporadas em Coimbra em 1882. Leiria foi, porém, restaurada como Leiria-Fátima em 1918 e Aveiro em 1938. A partir da segunda década do século XVI, quando Leiria era uma vigariaria do Convento de Santa Cruz de Coimbra dá-se nela um notável movimento de descentralização. Cf. Abreu, 2000.

Casegas-1505				Jorge Afonso	S. Pedro
Silvares-1505					Santa Ana
Lardosa	Lardosa	1505	Frei Garcia Afonso de Mello	Luís Pires	S. Martinho
		1537	António de Sousa	João Alvares	
	Soalheira	1505			S. Lourenço
		1537			
Alcains	1505		D. Frei Fernão da Silva de Castro ⁶	Pero Alvares	Nossa Senhora da Conceição
	1537		Luís de Saldanha	Gaspar Fernandes	
Castelo Branco	Santa Maria (não há)				Santa Maria
	S. Miguel	1505		Frei Francisco Lobeira	S. Miguel
1537			D. Fernando de Meneses	Frei Simão de Almeida	
Monforte-1737			D. Fernando de Meneses.	Frei Diogo Monteso	Nossa Senhora da Ajuda
Mata-1737			Garcia de Albuquerque	Pedro Vaz	Santa Margarida
Lousa-1737			Francisco Barreto filho de Nuno Barreto do Algarve		Nossa Senhora dos Altos Céus
Escalvos de Cima-1505				Gregório Pires	S. Pedro
Distrito de Santarém [Bispado de Lisboa?] Vigaria de Tonar					
Igreja Santa Maria do Olival (principal igreja da Ordem de Cristo)			D. Diogo Pinheiro (reitor)		Santa Catarina
Igreja de S. João Baptista					S. João
Igreja de Santa Maria do Castelo					Santa Catarina
Igreja de São Miguel de Porrais				Baltasar Dias	S. Miguel
Igreja de Santa Maria Madalena					Santa Madalena
Igreja de São Pedro da Bebequeira					São Pedro
Igreja de Santa Maria da Serra					Santa Maria
Igreja de Santa Maria da Orada - Comenda de Olalhas					Santa Maria
Igreja de São Pedro d'Alviveira					Santa Maria
Igreja de Santa Maria dos Casais					Santa Maria
Igreja de Santa Maria da Sabacheira					Santa Maria
Igreja de Santa Maria das Areias					Santa Maria
Póvoa (Conselho de Tomar)			D. João Caldeira		
Casével (Conselho de Santarém)			D. Gastão Coutinho		Santa Maria
Distrito de Lisboa [Bispado de Lisboa]					
Lisboa - Igreja da Conceição			D. Garcia Moniz	Frei Francisco Rebelo	Nossa Senhora da Conceição
Granja de Alpriarte [Conselho de Vila Franca de Xira]			D. Nuno Emanuel (tb de Idanha-a-Nova e Almorol)	-	Não tem igreja
Quinta da Freiria (Conselho de Alenquer)					
Distrito de Portalegre [Bispado da Guarda]					
Elvas (ou de Évora)			D. Rui de Melo		Santa Maria Madalena
Portalegre			D. Fernão da Silva (=)	Frei Jorge Freire	Santa Maria A Grande
Distrito de Évora [Bispado de Évora]					

⁶ Cavaleiro da Ordem de Cristo, fidalgo da casa régia (o mesmo de Touro, Alpalhão e Portalegre).

Mendo Marques (Conselho de Arraiolos)
 Distrito de Faro [Bispado de ?]
 Castro Marim

Tabela 1 - Comen

O percurso das Visitações

A título exemplificativo, o percurso das visitas a Castelo Branco (fig. 1), que teve início em Castelo Novo e Alpedrinha, passando por São Miguel de Acha (3-10), Santa Garcia (11-10), Bemposta (11-10), Idanha-a-Nova (10-11), terminando em Castelo Br



Fig.1 - Itin

O Orago, patrono e lugar sagrado e é um santo cada a uma Pessoa Divina. O Mistério com Ela relaciona-se (Oliveira, 1973, p. 1044).

Quanto aos santos (e santas) da Ordem de Cristo incluídas na ta... de Cristo. A especial devoçã...

S. Pedro
Santa Ana
S. Martinho
S. Lourenço
Nossa Senhora da Conceição
Santa Maria
S. Miguel
Nossa Senhora da Ajuda
Santa Margarida
Nossa Senhora dos Altos Céus
S. Pedro
Santa Catarina
S. João
Santa Catarina
S. Miguel
Santa Madalena
São Pedro
Santa Maria
Santa Maria
Santa Maria
Santa Maria
Santa Maria
Santa Maria
Nossa Senhora da Conceição
Não tem igreja
Santa Maria Madalena
Santa Maria A Grande

Mendo Marques (Conselho de Arraiolos)	D. Fernando de Meneses		
Distrito de Faro [Bispado de ?]			
Castro Marim	Lopo Mendes de Oliveira (tb de Redinha)		

Tabela 1 - Comendas, Comendadores, Capelães e Oragos das visitasões

O percurso das Visitasões

A título exemplificativo, descreve-se o percurso de 1505, na região de Castelo Branco (fig. 1), que teve início a 5 de Setembro em Castelejo, passando depois por Castelo Novo e Alpedrinha (20-9), Alcains (27-9), Lardosa (28-9), Soalheira (30-9), São Miguel de Acha (3-10), Proença-a-Velha (8-10), Idanha-a-Velha (10-10), Penha Garcia (11-10), Bemposta (18-10), Segura e Salvaterra do Estremo (25-9), Rosmanial (5-11), Mata (10-11), Idanha-A-Nova (12-11) Lousa (14-11), Escalos de Cima (16-11), terminando em Castelo Branco, a 25 de Setembro de 1505.

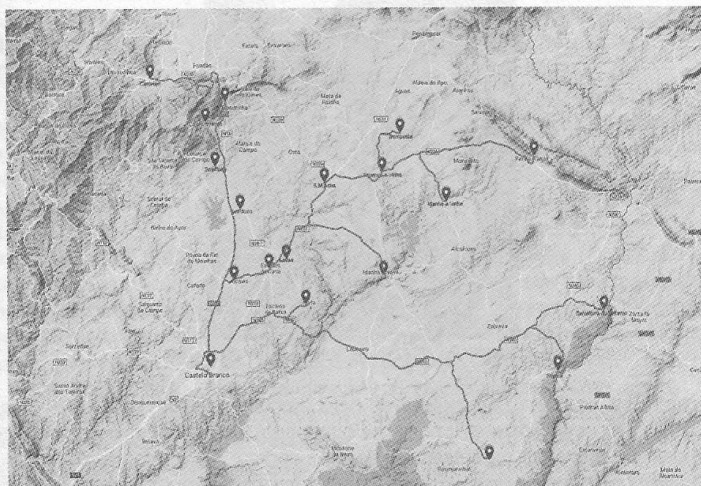


Fig.1 - Itinerário das visitasões de 1505 na região de Castelo Branco

O Orago, patrono ou padroeiro de uma igreja, chama-se “titular” daquele lugar sagrado e é um santo a quem a igreja é dedicada. Pode igualmente estar dedicada a uma Pessoa Divina (Cristo, Espírito Santo, Santíssima Trindade), ou um Mistério com Ela relacionado (ex. Nascimento de Cristo, Ressurreição, Assunção), (Oliveira, 1973, p. 1044).

Quanto aos santos (titulares) presentes nas sessenta e uma igrejas da Ordem de Cristo incluídas na tabela 1, destacam-se quarenta igrejas dedicadas a Nossa Senhora. A especial devoção a Nossa Senhora e a prática do culto Mariano, demons-

alhão e Portalegre).

tra a continuidade da espiritualidade mariana na Ordem de Cristo herdada da Ordem do Templo por influência cisterciense. Reforçava-se por isso a exigência, feita na Regra, de os cavaleiros e comendadores terem que rezar as designadas horas de Santa Maria, isto é, o Ofício das Horas de Nossa Senhora. Era o Pequeno Ofício Menor que consistia na leitura de 3 salmos e suas antífonas, concluindo com a *Avé-Maria* ou a *Salvé-Rainha*, para além do Ofício do próprio dia. Neste sentido, o Capelão tinha entre as demais obrigações de missa, a incumbência de celebrar missa no dia das Candeias, em todas as festas de Nossa Senhora, na véspera da sua Ascensão e no dia comemorativo do seu nascimento; juntavam-se as antífonas do *Magnificat* e *Benedictus* nas vésperas e dias de festa de Nossa Senhora, entre outros dias. (Costa, 2015; Cota, 2017).



Fig. 2 - Imagem de Nossa Senhora na Igreja de Proença-a-Velha.

Coloca-se, como tal, a hipótese de pelo menos na região de Castelo Branco, uma vez que das vinte e quatro igrejas pertencentes à Ordem, dezasseis terem como orago Nossa Senhora, e nesse caso haver uma conexão entre as atuais festas e as romarias, um pouco por todo o território, das festas vividas no "Sagrado Feminino", isto é, dedicadas ao culto da Virgem Maria, com invocação de Nossa Senhora de Mércules (em Castelo Branco), Nossa Senhora do Almortão (em Idanha-a-Nova), ou Nossa Senhora dos Altos Céus (na Lousa), entre outras.

Contributos para a caracterização de uma paisagem sonora O coro, o campanário e as campainhas

O coro representa um espaço na igreja, geralmente situado por cima da porta principal da igreja, correspondente a uma tribuna elevada, com visão direta para o altar-mor, onde dignitários, membros do clero ou freires podiam assistir à missa

isolados do resto da congregação para a recitação e canto dos textos. Em todas as igrejas seja usado em oito igrejas, nomeadamente na região de Castelo Branco, a Nossa Senhora do Olival e de Santa Maria mencionam o local, acesso principal, ficava a pia baptismal (Hormigo, 1981, p. 8) e "se castanho de parede a parede".

O campanário é uma característica dos edifícios religiosos. Para além do uso musicalmente entre si, os sinos tinham outras funções, servindo para convocações religiosas, bem como para anunciar o nascimento ou o falecimento de alguém conhecido de antemão pelas suas desgraças, tempestades e outros acontecimentos. (Hormigo, 2012).

Cada sino tem um tom específico. Para se obter o tom correto, se fosse muito grave, o tom do sino, se fosse muito agudo, se fosse dentro do sino. A nota musical, a métrica, o diâmetro da boca do sino e onde bate o sino, se outras ligas, como o ouro, as fórmulas secretas guardadas pelos trutores, geralmente italianos.

Nas Visitações são mencionados quatro sinos, vinte seis têm cinco não especificam qual o sino em Reigada, no concelho de Proença-a-Velha, o campanário novo sobre a fachada do altar-mor" (Dias, 1979, p. XII). O sino principal: na fachada esquerda da porta principal, à direita do altar-mor, material de que era feito o sino era de pedra; com um arco cruzado no estado, ou das suas características "pitoresco"; "tipo vulgar".

e Cristo herdada da
 isso a exigência, feita
 designadas horas de
 ra o Pequeno Ofício
 ncluindo com a Avé-
 lia. Neste sentido, o
 cia de celebrar missa
 na véspera da sua
 n-se as antífonas do
 enhora, entre outros

isolados do resto da congregação. Depois, a sua função foi sendo absorvida para a recitação e canto dos textos litúrgicos e, como tal, servir apenas para o coro. Embora em todas as igrejas seja usual existir um coro, nas *Visitações* só vem a sua menção em oito igrejas, nomeadamente em Segura, Salvaterra do Extremo e Idanha-a-Nova, na região de Castelo Branco, vila da Bemposta no Mogadouro, Soure, Igreja de Santa Maria do Olival e de Santa Maria das Arenas em Tomar e Portalegre. As descrições mencionam o local, acesso e materiais do coro, como por exemplo “de trás da porta principal, ficava a pia baptismal, e uma escadaria em pedra que dava acesso ao coro” (Hormigo, 1981, p. 8) e “sobre a porta principall tem hûm muito boom coro de castanho de parede a parede” (Hormigo, 1981, pp. 1-2).

O campanário é uma torre desenhada para conter sinos, o que é comum nos edifícios religiosos. Para além do aspeto musical inerente, podendo estar afinados musicalmente entre si, os sinos exerciam funções sociais importantes nas comunidades, servindo para convidar os fiéis para as celebrações, orações diárias e festas religiosas, bem como para anunciar a morte e o enterro de pessoas da comunidade, ou ainda, o nascimento ou batizado de uma criança. De acordo com o seu toque, conhecido de antemão pelo povo, os sinos alertavam ainda para incêndios, vendavais, tempestades e outros tipos de perigos. Portanto, os sinos são simultaneamente sinal musical e de convocação quer para os momentos de dor ou de festa (Braga, 2012).

Cada sino tem um diferente tom dependendo do seu tamanho. Um sino grande tem um tom mais grave, enquanto um pequeno tem um tom mais agudo. Para se obter o tom correto, o fundidor, esculpia por dentro ou por fora do sino. Se soasse muito grave, o tom podia ser elevado removendo metal da borda inferior do sino, se fosse muito agudo, podia baixar o tom, pela remoção de metal da parte de dentro do sino. A nota musical do sino é determinada pelas dimensões, forma geométrica, diâmetro da boca e pela relação da espessura da aba, ou seja, a parte terminal do sino e onde bate o badalo. Eram feitos geralmente de bronze, adicionando-se outras ligas, como ouro ou prata de modo a melhorar a sua sonoridade, segundo fórmulas secretas guardadas e passadas de geração a geração pelas famílias construtoras, geralmente italianas, alemãs e portuguesas (Baião, 2010).

Nas *Visitações* são mencionados cinquenta e um campanários; destes, um tem quatro sinos, vinte seis têm duas sinetas (fig. 3), dezanove têm um só sino (Fig. 4) e cinco não especificam quanto sinos têm. Por vezes tinham dois campanários como em Reigada, no concelho de Castelo Rodrigo, no distrito da Guarda: “um Campanário novo sobre a fachada, com dois sinos e um campanário velho junto à capela-mor” (Dias, 1979, p. XII). Ocupavam diferentes posições em relação ao edifício principal: na fachada esquerda, sobre o portal, sobre a porta principal, à esquerda da porta principal, à direita da porta principal, ou ainda separado do templo. O material de que era feito também vem referido: cantaria de remate triangular; em pedra; com um arco cruzeiro de pedraria; de dupla ventana. A avaliação do seu estado, ou das suas características também era frequente: “razoável tamanho”; “pitoresco”; “tipo vulgar”; “bom”; “grande e antigo”; “tipo habitual”; “altaneiro”.

de Castelo Branco,
 zasseis terem como
 s atuais festas e as
 agrado Feminino”,
 Nossa Senhora de
 danha-a-Nova), ou

o por cima da porta
 visão direta para o
 am assistir à missa

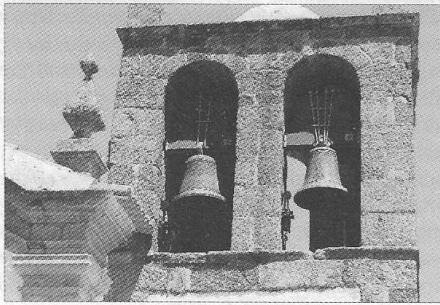


Fig. 3 - Dois sinos - Igreja de Proença-a-Velha



Fig. 4 - Um sino - Igreja de Monforte da Beira

As Campainhas servem para chamar a atenção dos fiéis para os momentos mais importantes da missa (elevação de Cristo). Nas Visitações são nomeadas várias espécies: roda de campainhas (12 por ex.); campainhas de mão (a mais mencionada); campainhas no foro da igreja; campainha no teto da igreja; campainhas de levantar a Deus; campainha de comungar; campainhas no meio da igreja.

O quotidiano litúrgico e as obrigações do Capelão

Os freires assumiam a obrigação de enquadrar do ponto de vista eclesiástico as populações que viviam nos seus domínios, cumprindo responsabilidades pastorais. Enquanto os textos normativos transmitem um aspeto mais formal do enquadramento da religiosidade, sobretudo, no quadro de orações e preceitos orientadores de vida, já a religiosidade vivida, tanto dos clérigos como dos fregueses que frequentavam as igrejas por eles orientadas, têm que ser procuradas, por exemplo, na assiduidade aos sacramentos, situação da qual as Visitações guardam memórias singulares.

Assim, aos clérigos cabia "adubar e correger seus bens". Para além disso, não cumpriam nem rezavam o ofício divino "tam pausadamente como deve". Constatando tal facto, os Visitadores exortavam a que este se fizesse:

com muita diligência em tal maneira que daqui em diante se faça melhor o dito ofício divino do que atee ora se fez e faz, ao menos aos domingos e festas e santos de guarda as missas e oras canónicas manso e com pausa em tal guisa que Deus Nosso Senhor seja servido e o povoo rreçeba devaçom e doctrina⁷.

Mandavam ainda proceder aos sacramentos da confissão, comunhão, e extrema-unção dos fregueses. A missa de domingo e dos apóstolos teria de ser mais solene e os capelães deveriam ensinar aos fregueses o Pai Nosso, a Avé-Maria, o

⁷ Dias, 1979, p. 112.

Credo, os artigos da fé, os d
corporais, os pecados mort

Estas recomendações
Comenda e consoante a épo
obrigado a dizer missa aos
Natal e nas festas de Noss
missa somente aos doming
era o Capelão obrigado a
semana, não especificando
não tinha obrigação de diz
dizer missa nos domingos
de dizer missa nas segund
festas do Senhor, de Nossa
administrar sacramentos. I
Missas e os Ofícios (Dias, 11

Os livros litúrgicos: espécie

As Visitações não sã
díssimos ramos de investig
Económica (sobre os bens, a
História da Arte (arquitetu
pela riqueza de detalhes e e
ce-se o especial interesse
litúrgicas, inventários de li
mentos, capelães, priores, a
de cada Comenda.

Da História da Igreja
particularizando para a O
informações reveladoras d
vezes ainda se julga inexist

Perante um universo
imediatamente o interesse
relação à prática litúrgico-
assunto ainda totalmente p
primeiro lugar, para destro
da Ordem de Cristo; em s
-musical e que tipo de rito

Este é um assunto qu
que não se restringe à ex
propriedades de norte a sul
Tomar), é preciso ter uma
averiguar a possibilidade d
dioceses onde estavam esta

Credo, os artigos da fé, os dez mandamentos, as obras de misericórdia espirituais e corporais, os pecados mortais e as virtudes (Dias, 1979).

Estas recomendações e obrigações dos capelães diferiam de Comenda para Comenda e consoante a época histórica. Em Penha Garcia, em 1505, estava o Capelão obrigado a dizer missa aos domingos, de quinze em quinze dias, nas Endoenças, no Natal e nas festas de Nossa Senhora. Já em 1537, era o Capelão obrigado a dizer missa somente aos domingos e feriados. Em São Miguel de Acha e Proença-a-Velha, era o Capelão obrigado a dizer missa cada dia na dita igreja salvo um dia por semana, não especificando qual. Em Alcains, era o Sábado o dia em que o Capelão não tinha obrigação de dizer missa. Em Monforte e Mata, só tinham obrigação de dizer missa nos domingos e festas. Na Reigada, Longroiva e Meda tinha obrigação de dizer missa nas segundas, quartas, sextas, sábados e Domingos, nas principais festas do Senhor, de Nossa Senhora e Apóstolos. A obrigação mais comum era a de administrar sacramentos. Por vezes referiam que os capelães deviam cantar as Missas e os Ofícios (Dias, 1979; Hormigo, 1981).

Os livros litúrgicos: espécies e estado

As Visitações não são fontes inéditas, sendo muito aproveitadas por variados ramos de investigação: História Social, História da Agricultura, História Económica (sobre os bens, assuntos fiscais, comércio), e, em especial no domínio da História da Arte (arquitetura, escultura, pintura, tecidos, imobiliário e iluminura), pela riqueza de detalhes e elementos que contém. Para a História da Igreja reconhece-se o especial interesse destes registos pela notícia dada sobre oragos, alfaias litúrgicas, inventários de livros litúrgicos indispensáveis para o culto divino, ornamentos, capelães, priores, assistência religiosa à população das paróquias e igrejas de cada Comenda.

Da História da Igreja à História das Ordens Militares vai um estreito passo, e, particularizando para a Ordem Militar de Cristo, estas Visitações oferecem-nos informações reveladoras da sua vertente monástica, ou espiritualidade, que por vezes ainda se julga inexistente.

Perante um universo artístico-espiritual-cultural tão prolífero, é reconhecido imediatamente o interesse destas Visitações para a Musicologia Histórica com relação à prática litúrgico-musical nas igrejas das comendas da Ordem de Cristo, assunto ainda totalmente por averiguar, e que, no nosso entender, urge realizar. Em primeiro lugar, para destronar o "vazio" de livros litúrgicos e manuscritos musicais da Ordem de Cristo; em segundo lugar, para caracterização da prática litúrgico-musical e que tipo de rito seria adotado na Ordem.

Este é um assunto que se adivinha complexo, uma vez que sendo uma Ordem que não se restringe à existência de casas conventuais, ao invés, "espraia-se" por propriedades de norte a sul do reino (as Comendas) em relação à sua casa-mãe (em Tomar), é preciso ter uma visão "litúrgico-geográfica-diocesana" do tema, ou seja, averiguar a possibilidade das igrejas das Comendas seguirem a liturgia e rito das dioceses onde estavam estabelecidas.

As tabelas seguintes ilustram a relação dos diversos livros litúrgicos encontrados nas respetivas Comendas.

LIVRO	COMENDA	COMENDA	Quantidade	Número Igrejas
MISSAL	(praticamente todas)	-	96	83
MISSAL MÍSTICO	Mogadouro-Pena Royas	Soure (Coimbra)	53	48
	Ega (Coimbra)	Pussos-Leiria [Coimbra]		
	Soure (Coimbra)	Lisboa-Igreja de NSConceição		
	Idanha-a-Nova (3)	VT-Igreja de Santa Maria da Serra		
	VT-Igreja Santa Maria Olival (3)	Redinha - Pombal		
	Proença-a-Velha	Pombal - Igreja de São Martinho		
	Portalegre	Pombal - Igreja de São Pedro		
	Reigada	Mogadouro-Vila da Bemposta		
	Logroiva	Pussos-Leiria [Coimbra]		
	Meda	VT-Igreja de Santa Maria da Sabacheira		
	Moxagata	Pussos-Leiria [Coimbra]		
	Pinheiro d'Azar (Viseu)	Redinha - Pombal		
	S. Miguel de Acha	Jesua - Santa Ovaia (Conselho de Seia)		
	Penha Garcia	S. Miguel de Acha		
	Lisboa-Igreja de NSConceição	Proença-a-Velha		
	VT-Igreja Santa Maria Olival	Soalheira		
	VT-Igreja de São Miguel de Porrais	Touro - Sabugal		
	VT-Igreja de São Pedro da Bebequeira	Portalegre		
	VT-Igreja de São Pedro d'Alviveira	Proença-a-Velha		
	VT-Igreja de Santa Maria dos Casais	Moxagata		
VT-Igreja de Santa Maria das Arenas	Redinha - Pombal			
Touro - Sabugal	Mogadouro-Castelo Branco			
Mogadouro	Lisboa-Igreja de N.S. Conceição (2)			
Mogadouro-S. Martinho do peso	VT-Igreja Santa Maria Olival			

Tabela 2-Relação dos livros litúrgicos - Missais, nas respetivas comendas

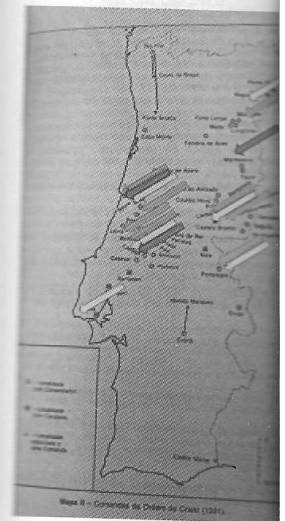
Breviário	Batistério
Dominical	Epistolários
Santoral	Sacramental
Saltério	Ferial
Oficial	Cadernos
Sacramentário	Manuais

Tabela 3 - Relação dos livros litúrgicos - exceto Missais

O Missal era o livro litúrgico mais utilizado nas igrejas das Comendas, encontrando-se menção a 96 exemplares, em 83 igrejas. No entanto, juntamente com a palavra místico, ou seja Missal Místico, referido em 48 localidades, é esta designação que nos vai interessar, pois Místico quer dizer misto, que continha, portanto, a parte da leitura e do canto, por isso se diz que era de ponto, que tinha notação musical (Pereira, 1996).

O Breviário é o nome dado ao livro onde se encontram os textos do Ofício Divino, enquanto o Breviário de Coro é o livro litúrgico que contém todas as partes do ofício coral, ou seja as horas canónicas cantadas no coro. Estes tipos de livro são referido na Redinha e Alcains respetivamente (Pereira, 1996, p. 141).

Os outros livros litúrgicos são, por exemplo, o Saltério, livro com os salmos cantáveis em bastantes partes da Bíblia e outros; Batistério, livro com os textos do primeiro livro impresso em português dos dias não festivos, nem de batismo, unção, feriados e outras sem outra especificação (Pereira, 1996, p. 141).



Ainda no que respeita aos "cadernos" ou "volumes" (exemplares), "pontados", "de notação" que apresentavam notação musical de origem aquitana, recorrendo a cor, como ponto de referência (p. 15). Era uma notação de espaço nos manuscritos do século XV. Também, mas com "cinco cordas" (3 exemplares). Estes livros litúrgicos, espe

os livros litúrgicos encon-

	Quantidade	Número Igrejas
	96	83
...ção da Serra		
Martinho		
...do		
...posta	53	48
...da Sabacheira		
...selho de Seia)		

Os outros livros litúrgicos são: Dominical, que muitas vezes era de canto, isto é com as suas lições e responsórios cantados; Santoral, livro com a vida dos Santos; Saltério, livro com os salmos; Oficial, livro que continha o Ofício divino, com as partes cantáveis em bastantes casos; Sacramentário, livro que contém textos variados da Bíblia e outros; Batistério, livro que continha o ritual do batismo; Epistolários, Lecionário da missa ou do ofício coral; Sacramental, obra pastoral, considerado o primeiro livro impresso em língua portuguesa, Ferial, livro que continha os ofícios dos dias não festivos, nem domingos; Cadernos variados com diversos ofícios (do batismo, unção, feriados e bênção de água, finados) e ainda manuais ou volumes sem outra especificação (Pereira, 1996).

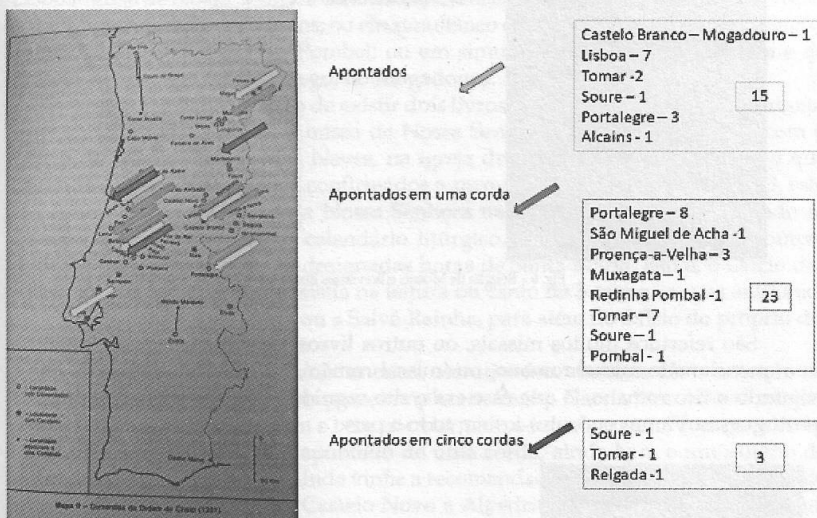


Fig. 5 - Relação dos livros apontados

...ativas comendas

...erios
...ental
...tal
...emos
...uais

...o Missais

rejas das Comendas, encontrando, juntamente com a finalidade, é esta designação e continha, portanto, a parte que tinha notação musical

ontram os textos do Ofício que contém todas as partes oro. Estes tipos de livro são (Pereira, 1996, p. 141).

Ainda no que respeita à música são frequentes as indicações de livros (Fig. 5), "cadernos" ou "volumes notados", ou seja, com notação musical, "apontados" (15 exemplares), "pontados", "de uma corda ou linha" (23 exemplares), o que quer dizer que apresentavam notação musical, encontrando-se por exemplo em Portalegre, Proença-a-Velha ou Tomar. Esta apresentava, segundo Nery e Castro "uma notação de origem aquitana, recorrendo a uma linha a seco (uma corda), ou de cor vermelha ou ocre, como ponto de referência para a altura dos sons" (Nery & Castro, 1991, p. 15). Era uma notação de grande simplicidade de traçado, clareza de leitura e exiguidade de espaço nos manuscritos, tendo sido usada em Portugal até meados do século XV. Também, mas em menor quantidade aparecem livros "apontados de cinco cordas" (3 exemplares) ou seja, com cinco linhas, em Soure, Tomar e Relgada. Estes livros litúrgicos, especialmente aqueles que abarcavam notação musical,

pressupunham um procedimento de fabricação moroso e especializado que os convertia em objetos preciosos.

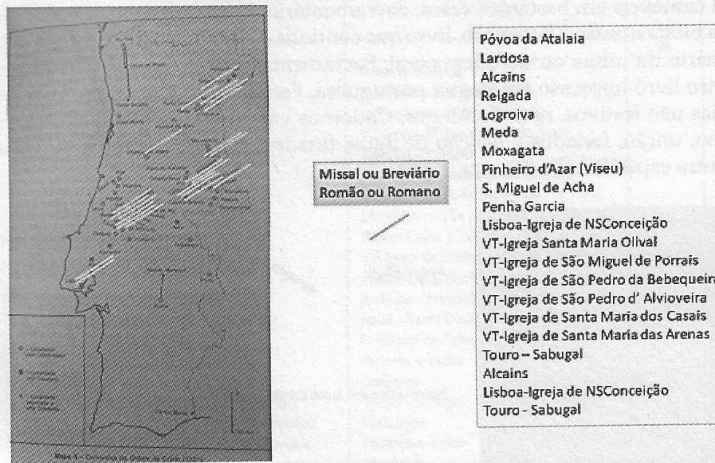


Fig. 6 - Relação de Missais e Breviários Romanos

São referidos muitos missais, ou outros livros, no entanto em muitos deles vem mencionado missal romano, ou 'missal romão', ou Breviário Romano, isto é, segundo o rito romano, já que esse era o rito seguido na maior parte das dioceses portuguesas. Vamos encontrá-los em todo o país.

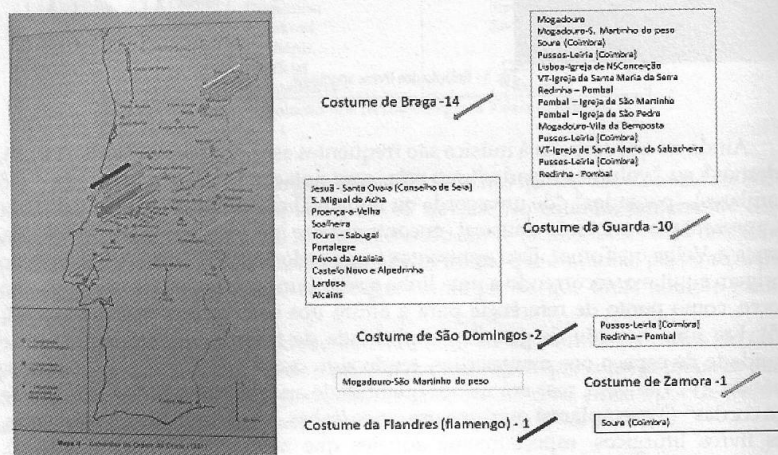


Fig. 7 - Livros segundo o costume de Braga, da Guarda, de São Domingos, Zamora e Flandres

No entanto encontram-se "Braga", em 14 comendas, no sobretudo em Pombal e Leiria em 10 comendas, nos distritos de São Domingos, em Coimbra - Pombal (que vieram do Couto da comenda de São Martinho do Fim em Soure (Coimbra) (Fig. 7).

De notar que certas missais diferentes, missais romanos (Lisboa-Igreja de Nossa Senhora em S. Miguel de Acha ou Alcains como Pussos e Redinha em Braga, em São Martinho do Fim).

Ainda relevante é o facto de, com notação musical, com a Oficina de Nossa Senhora da segunda os Estatutos de 1449 em conexão com a Devoção das festas marianas contidas nos dados tinham que rezar as Horas de Nossa Senhora, concluindo com a Avé-Maria (Cota, 2017).

O estado dos livros talvez bom, novo, velho e roto, com o romano de forma grande: bom "um místico e dois volumes pena velho e roto" Por vezes a livro, como por exemplo em situação de um missal egitanien

O Rito Egitanien

No séc. IV, o cristianismo em Roma era decisivamente a se comum o latim. No entanto, sendo com uma certa autonomia (Nery & Castro, 1991).

Em relação à prática da música de uma forma natural conforme a tradição judaica; e as igrejas locais (ao princípio) eram bastante independentes, portanto combinaram-se com as condi

e especializado que os

No entanto encontramos também missais ou outros livros com o “costume de Braga”, em 14 comendas, no norte do país, no distrito de Bragança, na zona centro, sobretudo em Pombal e Leiria e Lisboa; “egitanienses ou do costume da Guarda”, em 10 comendas, nos distritos da Guarda, Castelo Branco e Portalegre; com o costume de São Domingos, em duas comendas, de Pussos-Leiria [Coimbra] e Redinha - Pombal (que vieram do Convento [de Santa Crux]); com o costume de Zamora, na comenda de São Martinho do Pego (em Mogadouro); e com o costume de Flandres em Soure (Coimbra) (Fig. 7).

De notar que certas igrejas tinham em simultâneo missais de costumes diferentes, missais romanos e missais do costume de Braga, como por exemplo em Lisboa-Igreja de Nossa Senhora da Conceição; missais romanos e egitanienses, como em S. Miguel de Acha ou Alcains; ou em simultâneo o rito de Braga e de São Domingos, como Pussos e Redinha em Pombal; ou em simultâneo costume de Zamora e de Braga, em São Martinho do Pego, no Mogadouro.

Ainda relevante é o fato de existir dois livros, um caderno apontado, portanto com notação musical, com a missa de Nossa Senhora em Alcains, e outro com o Ofício de Nossa Senhora das Neves, na igreja de Santa Maria em Pombal, o que segundo os Estatutos de 1449, confirmados e aprovados nas Definições de 1503, está em conexão com a Devoção a Nossa Senhora na Ordem de Cristo, mantendo as festas marianas contidas no calendário litúrgico. Assim, os cavaleiros e comendadores tinham que rezar as designadas horas de Santa Maria, isto é, o Ofício das Horas de Nossa Senhora, consistia na leitura ou canto de 3 salmos e suas antífonas, concluindo com a Avé-Maria ou a Salvé-Rainha, para além do Ofício do próprio dia (Cota, 2017).

O estado dos livros também eram escrutinados encontrando a menção de bom, novo, velho e roto, como por exemplo em Penha Garcia “um Missal místico romano de forma grande: bom e bem encadernado a coiro”, ou em Proença-a-Velha “um místico e dois volumes apontado de uma corda, ainda bom e um saltério de pena velho e roto” Por vezes ainda vinha a recomendação de se adquirir determinado livro, como por exemplo em Castelo Novo e Alpedrinha que recomendam a aquisição de um missal egitaniense.

O Rito Egitaniense, uma paisagem sonora local?

No séc. IV, o cristianismo já estava implantado em todo o império romano e Roma era decisivamente a sede do sucessor de S. Pedro, utilizando como língua comum o latim. No entanto, diversas comunidades cristãs foram nascendo e crescendo com uma certa autonomia, apesar de se subordinarem a um tronco comum (Nery & Castro, 1991).

Em relação à prática litúrgica e musical, estas comunidades utilizaram a música de uma forma natural: por um lado adotando a prática dos mais velhos conforme a tradição judaica; por outro lado, utilizando o gosto musical local. Isto é, as igrejas locais (ao princípio), apesar de compartilhar práticas comuns, eram relativamente independentes, portanto com características diferentes. Essas diferenças combinaram-se com as condições locais particulares para produzir várias Liturgias

distintas e diferentes grupos de cantos surgiram entre o séc. V e VIII. As principais Liturgias primitivas não Romanas foram: Romana Antiga, em Roma, Galicana, em França, Mozarabe / Hispanico na Península Ibérica, Anglicana / Sarum em Inglaterra e Ambrosiana ou Milanês, em Milão (Nery & Castro, 1991).

As autoridades eclesiásticas ibéricas desenvolveram desde muito cedo um esforço gigantesco de concertação que lhe permitiu, já no Concílio de Toledo de 633, procurar impor as linhas gerais de uma liturgia única. Apesar de admitir algumas variações locais elas obedeciam a padrões comuns no respeitante ao formato das cerimónias, aos textos cantados e ao respetivo suporte melódico. Foi compilando assim uma prática mais ou menos unificada, que resultou no rito hispânico, visigótico ou mozarabe. Hispano, por integrar a Península Ibérica; visigótico, por se ter enraizado sob a vigência do reino dos Visigóticos, e Moçarabe, por se ter perpetuado mesmo sob domínio muçulmano, beneficiando da relação de tolerância dos árabes para com o culto cristão nos territórios sob a sua administração (Ferreira, 2014).

Esta liturgia ibérica singular manteve-se em uso até 1080, data em que o Concílio de Burgos, respondendo ao apelo nesse sentido do papa Gregório VII, decretou a sua substituição pelo chamado rito romano, conhecido hoje em dia por "gregoriano". Este resultara do esforço gigantesco de reprocessamento, revisão, codificação e sistematização do rito romano antigo que primeiramente fora aplicado no território do Império Carolíngio, governado por Carlos Magno, no início do séc. IX e depois gradualmente imposto pelo papado como rito único da Igreja ocidental (Nery & Castro, 1991). Por conseguinte passaram a ser as peças gregorianas as que se cantavam, no espaço da península ibérica, no decorrer da Missa (recolhidas no livro conhecido por Gradual, ou em Missais plenários) ou das diversas horas do Ofício (recolhidas no livro conhecido por Antifonário, ou Breviários) (Ferreira, 2010).

Como tal, todas as versões locais (exceto a Ambrosiana) desapareceram ou foram sendo absorvidas dentro de uma prática uniforme e única, cuja autoridade central era Roma (Ferreira, 2014; Veiga, 2018).

A carência de quadros superiores (Bispos por exemplo) de formação local que administrassem este dispositivo eclesiástico em expansão fez com que a maioria dos novos bispos das dioceses portuguesas fossem de origem francesa. Esta origem francesa comum das autoridades eclesiásticas simplificou a aplicação da decisão conciliar de substituir o rito hispânico pelo romano nas respetivas dioceses, havendo até indícios de que teriam trazido consigo e fizeram aplicar dentro da sua jurisdição livros litúrgicos gregorianos copiados em França (Nery & Castro, 1991).

Apesar disso houve alguns espaços (mais conhecidos) monásticos, como o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, ou dioceses como a de Braga que mantiveram uma variante local admitidas no quadro desta unificação litúrgica a partir do rito romano. Em Braga tinha-se desenvolvido entre meados do século XII e o final do século XIII o **rito bracarense** - um conjunto de cerimónias, textos e melodias de exclusivo uso da arquidiocese de Braga (Ferreira, 2014; Veiga, 2018). Estas variantes litúrgicas próprias desapareceram na sua maioria com o Concílio de Trento (1545 a 1563), em meados do século XVI, quando o desencadear do movimento centra-

lizador da Contrarreforma únicos a toda a Igreja Católica uma vez impuseram o Missal de Pio V, em que se fixava a liturgia longo de todo o ano litúrgico que as dioceses que lograram menos duzentos anos, de Braga e Bragança, e Braga preservou alguma liturgia consagrada nas versões do séc. XV, de que hoje pode ser visto como reforços de encadernação dos livros litúrgicos braca-

É nesta perspetiva da Guarda, que nos séculos Branco e Portalegre, tendo a Guarda ou Egitanense, a realização de um trabalho litúrgico poderá confirmar a passagem uma paisagem so-

éc. V e VIII. As principais
em Roma, Galicana, em
Galicana / Sarum em Ingle-
(1991).

Desde muito cedo um
Concílio de Toledo de 633,
apesar de admitir algumas
devidamente ao formato das
melódico. Foi compilando
no rito hispânico, visig-
rica; visigótico, por se ter
de, por se ter perpetuado
de tolerância dos árabes
distração (Ferreira, 2014).

até 1080, data em que o
do papa Gregório VII,
recolhido hoje em dia por
processamento, revisão,
normalmente fora aplicado
Magno, no início do séc.
único da Igreja ocidental
peças gregorianas as que
da Missa (recolhidas no
das diversas horas do
ou Breviários) (Ferreira,

iana) desapareceram ou
e única, cuja autoridade

lo) de formação local que
z com que a maioria dos
m francesa. Esta origem
a aplicação da decisão
ativas dioceses, havendo
dentro da sua jurisdição
Castro, 1991).

los) monásticos, como o
e Braga que mantiveram
litúrgica a partir do rito
o século XII e o final do
as, textos e melodias de
za, 2018). Estas variantes
Concílio de Trento (1545 a
do movimento centra-

lizador da Contrarreforma procurou impor de uma vez por todas moldes litúrgicos únicos a toda a Igreja Católica, pelo menos no que respeita às cerimónias e aos textos, uma vez impuseram o Missal e o Breviário Romanos publicados no pontificado de Pio V, em que se fixava a versão oficial dos textos destinados à Missa e ao Ofício ao longo de todo o ano litúrgico (Nery & Castro, 1991). O concílio, contudo, admitiu que as dioceses que lograssem demonstrar o costume seguido, ao longo de pelo menos duzentos anos, de práticas litúrgicas próprias fossem autorizadas a conservá-las, e Braga preservou alguns desses usos rituais próprios. Esse rito acabaria de ser consagrado nas versões do Missal e do Breviário de Braga impressas nos finais do séc. XV, de que hoje podemos aceder sobretudo através de fragmentos reutilizados como reforços de encadernação ou capas de maços de documentos e ainda na edição dos livros litúrgicos bracarense de 1634, hoje preservados (Ferreira, 2018).

É nesta perspetiva que pomos a hipótese que na área geográfica do Bispado da Guarda, que nos séculos XV e XVI abarcava os distritos da Guarda, Castelo Branco e Portalegre, tenha havido uma variante local, com o rito do costume da Guarda ou Egitanense, mas que com o Concílio de Trento terá desaparecido. Só a realização de um trabalho sistemático de pesquisa e confrontação dos livros litúrgicos poderá confirmar a prática de uma tradição local que a existir, constituiria no passado uma paisagem sonora particular.

Referências bibliográficas

- Abreu, J. P. L. (2000). Diocese. In C. M. Azevedo (dir.) *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (vol. C-I, pp. 69-72). Rio de Mouro: Círculo de Leitores e Centro de estudos de História religiosa da Universidade Católica Portuguesa.
- Baião, P. M. M. (2010). *Comportamento dinâmico de uma torre sineira Igreja de Santo António das Antas*. Dissertação em Engenharia Civil – Especialização Em Estruturas. Porto, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.
- Braga, João Pedro da Silva Teles, (2012). *Desenvolvimento de uma técnica de soldadura para restauro de sinos*. Dissertação de Mestrado Engenharia Mecânica. Braga, Universidade do Minho, Escola de Engenharia.
- Costa, P. M. C. P. (2012). As visitações: As Ordens militares portuguesas entre poderes?. in I. C. F. Fernandes (Coord.). *As Ordens Militares. Freires, Guerreiros, Cavaleiros*. Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares (vol. 1, pp. 407-428). Palmela: GEOS / Município de Palmela.
- Costa, P. P. (2015). Enquadramento espiritual e devocional dos freires e fregueses das Ordens Militares no quadro de Cister (visitações e textos normativos), in J. A. Carreiras & C. A. Martinez (Ed.) *Cister e as Ordens Militares na Idade Média, Guerra, Igreja e Vida Religiosa* (pp. 155-193). Tomar: Studium Cistercium et Militarium Ordinum.
- Cota, C. M. C. (2017). *A Música no Convento de Cristo em Tomar: Desde finais do século XV até finais do século XVIII*. Lisboa: Edições Colibri, Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical, Universidade Nova de Lisboa.
- Dias, P. (1979). *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510, aspectos artísticos*. Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: Editora Coimbra.
- Ferreira, M. P. (2010). *Aspectos da Música Medieval no Ocidente Peninsular* (vol. 2). Estudos Musicológicos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- _____. (2014). Liturgia Bracarense: origens, fontes, posteridades. In A. M. S. Saraiva & M. R. B. Morujão (coord.). *O Clero Secular Medieval e as suas Catedrais: novas perspetivas e abordagens*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Centro de estudos de História religiosa.
- _____. (2018). Um panorama histórico da música na Sé de Braga até 1550. in E. M. M. S. Lessa & M. M. L. Araújo (ed.). *Património e devoção* (pp. 27-45). Braga: Câmara Municipal de Braga e Santa Casa da Misericórdia de Braga.
- Hormigo, J. J. M. (1981). *Visitações da Ordem de Cristo em 1505 e 1537*. Edição do Autor.
- Lencart, J. (2016). As ordenações inéditas da Ordem de Cristo de 1319 e 1323 – estudo comparativo com as Ordenações de 1321 e 1326”. *População e Sociedade* (vol. 26, pp. 99-132). Porto: CEPESE.
- Nery, R. V. & Castro, P. F. (1991). *História da Música: Sínteses da cultura Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Oliveira, M. A. (1973).Padroeiro. *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* (vol. 14, p. 1044). Lisboa: Editorial Verbo Santa Maria.
- Pereira, I. R. (1996). Dos livros e dos seus nomes. Bibliotecas litúrgicas medievais. *Revista da História da Literatura Escrita*, 3 (pp. 133-163). Madrid: Universidade de Alcalá de Henares.
- Pizarro, J. A. S. M. (2005). *D. Dinis*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.
- Silva, I. L. M. S. (2002). *A Ordem de Cristo (1417-1521)*. Militarium Ordinum Analecta (vol. 6). Porto: Fundação Eng. António de Almeida.
- Saraiva, J. M. C. (1944). *Uma Visitação da Ordem de Cristo no ano de 1505 (VIII)*. Lisboa: Publicações do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças.
- Veiga, D. A. (2018). O rito bracarense: música e liturgia, da idade Média aos dias de hoje. *Revista da Santa Casa da Misericórdia de Braga*, n.º. 14, pp. 155-178.

A PROSPECÇÃO

OS VESTÍGIOS SONOROS

Segundo Kandinsky (2015, p. 10), a vida espiritual baseia-se num sistema base de valores e a realidade dos nossos sentidos é um eco da vida. A causa de tal renovação em prol de uma orientação na representação do que é a obra em eco com a alma é a arte” (2015, p. 10).

A vida espiritual, a arte, os agentes, traduz-se num sistema que pode reduzir-se a uma finalidade. Seja qual for a forma finalizada¹.

O intento do presente trabalho é a análise das paisagens sonoras históricas, entendidas como matéria tridimensional e plástica, demonstrando o processo de sublimação da paisagem sonora histórica em arte, tendo em respeito da realidade e a vertente epistemológica e metodológica. A investigação é baseada no método histórico às sonoridades, sendo a investigação e conhecimento da arquitetura e som se unificam, nada mais é que a condensa-ção levam ao descortinar de certos mecanismos de percepção entre os fenómenos e mar-

¹Kandinsky, 2015, p. 31.